

# Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura\*

Marília Pontes Sposito

Universidade de São Paulo

## Resumo

O artigo examina as possibilidades de análise das ações coletivas de jovens, particularmente aquelas que derivam de práticas culturais, no interior de uma perspectiva que procura resgatar orientações do pensamento sociológico brasileiro que recusa uma segmentação estanque dos campos de estudo. A partir de balanço realizado da produção discente na Pós-Graduação nas Ciências Sociais, Educação e Serviço Social, é possível delinear novos desafios para a pesquisa sobre jovens e suas práticas coletivas. Um conjunto de estudos realizados a partir de meados dos anos 1990 oferece um quadro importante das manifestações derivadas dos denominados grupos de estilos e culturas juvenis, sobretudo no campo da música. *Darks*, *punks*, *rappers* foram os principais estilos investigados e, em menor escala, a cultura *funk*. A compreensão adensada das presenças diversificadas dos jovens nos espaços públicos em seus coletivos remete a uma necessária transversalidade que demanda não desconsiderar na análise outras dimensões da experiência juvenil. As transformações decorrentes da intensa expansão dos sistemas de ensino nas últimas décadas no Brasil, as novas configurações do mundo do trabalho e as significativas formas de apropriação do espaço urbano que articula novas formas de sociabilidade são aspectos importantes a serem considerados nas análises das denominadas culturas juvenis e suas formas de ação coletiva.

## Palavras-chave

Juventude – Ação coletiva – Cultura – Educação.

### Correspondência:

Marília Pontes Sposito  
Faculdade de Educação - USP  
Av. da Universidade 308  
05508-040 - São Paulo - SP  
email: sposito@usp.br

\* Este artigo é uma versão revisada e ampliada de comunicação apresentada no I Colóquio Luso-Brasileira de Sociologia da Educação, Belo Horizonte, 2008.

# *Transversalities in the study on young people in Brazil: education, collective action, and culture\**

Marília Pontes Sposito

*Universidade de São Paulo*

## *Abstract*

*This article examines the possibilities of analyzing collective action by young people, especially that which derives from cultural practices within a perspective that tries to recall the guiding lines of the Brazilian sociological thought which denies a rigid segmentation of study fields. Starting from a survey on student production in Post-Graduation programs in Social Sciences, Education, and Social Work, it is possible to delineate new challenges for the research on young people and their collective practices. A body of studies made since the mid-1990s provides an important framework of manifestations from the so called groups of juvenile style and culture, mainly in music. Darks, punks, and rappers were the main styles investigated and, in a lesser scale, the funk culture. A compacted understanding of the diversified presence of young people in public settings with their collectivities refers to a necessary transversality that demands not disregarding other dimensions of juvenile experience in the analysis. Transformations coming from an intense expansion of education systems in Brazil in the last decades, the new configurations of the working market, and the significant forms of appropriating the urban space, which articulate new forms of sociability, are important aspects to take into consideration in analyses on juvenile cultures and their forms of collective action.*

## *Keywords*

*Youth – Collective action – Culture – Education.*

### **Contact:**

**Marília Pontes Sposito**  
Faculdade de Educação - USP  
Av da Universidade 308  
05508-040 - São Paulo - SP  
email: [sposito@usp.br](mailto:sposito@usp.br)

*\* This article is a revised and expanded version of paper presented at the I Luso-Brazilian Colloquium of Sociology of Education, Belo Horizonte, 2008.*

O nascimento da Sociologia no Brasil e os estudos sobre a educação tenderam a se consolidar a partir de meados do século XX em múltiplos centros de estudos, muitos dos quais foram esfacelados com o advento do regime autoritário nos anos 1960. Parte dessa tradição, a ser examinada neste texto, remete a um modo heurístico e sugestivo de articulação das interfaces entre a Sociologia da Educação e dos estudos de juventude que nos dias atuais deve ser considerada<sup>1</sup>. Não se trata, assim, de realizar balanço da vasta produção sociológica sobre a educação no Brasil realizada nos últimos anos, mas de problematizar perspectivas importantes que têm orientado o desenvolvimento da disciplina no país<sup>2</sup>.

Nos anos 1950, a nascente reflexão sociológica, sobretudo aquela praticada em São Paulo sob a liderança do professor Florestan Fernandes<sup>3</sup> (1960), considerava que os domínios específicos da Sociologia — educação, trabalho, cultura, entre outros — não poderiam implicar em segmentação e especialização excessiva:

Como acontece em qualquer ciência, os métodos sociológicos podem ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer fenômeno social particular sem que, por isso, se deva admitir a existência de uma disciplina especial, com objeto e problemas próprios! [...] Sob outros aspectos o uso mais ou menos livre de tais expressões facilita a identificação do teor das contribuições, simplificando, assim, as relações do autor com o público. Isto parece ser suficiente para justificar o emprego delas, já que carecem de sentido lógico os intentos de subdividir, indefinidamente, os campos da Sociologia. (p. 29-30)

Nos anos 1970, Bourdieu (1975) também evita segmentar a Sociologia da Educação:

A sociologia da educação configura seu objeto particular quando se constitui como ci-

ência das relações entre a reprodução cultural e a reprodução social, ou seja, no momento em que se esforça por estabelecer a contribuição que o sistema de ensino oferece com vistas à reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes. (p. 295)

Naquele momento, essas orientações buscavam pensar a sociedade brasileira a partir de sua singularidade histórica, atitude que exigia uma postura de diálogo crítico na apropriação das teorias produzidas no exterior. Os sociólogos da denominada Escola Paulista de Sociologia estavam preocupados com o tema do atraso e, por consequência, com as questões relativas ao desenvolvimento, mas propunham uma ruptura com a visão dualista predominante, que via a mudança social a partir de um *continuum* que sairia do atraso em direção à modernização. Assim, o Brasil passava a ser entendido como uma forma peculiar de realização do sistema capitalista, na qual o dinamismo econômico não excluía, mas se articulava aos elementos arcaicos de organização da sociedade e às formas persistentes de desigualdade. As tensões não eram assim concebidas como anomia, mas como elementos constitutivos da sociedade.

História e totalidade marcavam essas orientações teórico-metodológicas, ou seja, era preciso compreender o que articulava nossa sociedade aos processos globais do desenvolvimento capitalista, mas, ao mesmo tempo, reconhecer aquilo que constituiria a especificidade histórica da sociedade brasileira em suas múltiplas dimen-

1. Um tratamento mais específico sobre as interfaces entre a Sociologia da Educação e Sociologia da Juventude pode ser encontrado em Sposito (2009).

2. Em outro artigo, foi analisada a fecundidade dessa perspectiva para análise de lutas sociais afetadas, de alguma forma, pelo lugar que a escola adquire na sociedade contemporânea (Sposito, 2007). Os movimentos populares em torno da defesa do direito à educação e da expansão da escola pública seriam exemplos dessas articulações (Sposito, 1984; 1993).

3. O grupo de pesquisadores reunidos em torno de Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo foi também designado como sendo parte da Escola Paulista de Sociologia. Dentre eles, situam-se: Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queirós, Luiz Pereira, João Baptista Borges Pereira, José de Souza Martins, Marialice Foracchi, entre outros (Arruda, 1995).

sões — políticas, econômicas e culturais (Bastos, 2002). Ao tratar da sociologia produzida na Universidade de São Paulo — USP —, José de Souza Martins (1998) considera que esse período, além de definir um estilo de trabalho, criou um elenco de indagações teóricas e práticas que são ainda hoje fundamentais à pesquisa sociológica, pois se tratava de uma postura profundamente enraizada nas singularidades históricas, culturais, sociais e políticas da sociedade brasileira.

Nesse espectro de orientações, surgem os primeiros trabalhos em torno da instituição escolar que adquire centralidade na reflexão da Sociologia da Educação praticada no Brasil. No entanto, essas pesquisas inscrevem suas preocupações no quadro dos recentes processos de migração, industrialização e urbanização que traziam para a vida escolar um conjunto de tensões que demandavam análises (Pereira, 1967; 1971; 1976). Trabalhos como os de Florestan Fernandes (1960) e Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1959) exprimiam a tentativa de compreensão dos caminhos para o desenvolvimento e reconheciam a educação escolar como uma de suas possibilidades e expressão.

Nesse momento, um texto importante para a pesquisa sobre a escola, proposto em 1953 por Antonio Candido (1973), já anunciava a ilusão pedagógica de Durkheim que, em sua formulação, definia o ato educativo como a ação unilateral da geração adulta sobre os imaturos, considerados “tabula rasa” (Durkheim, 1970). Examinava — e esse talvez seja o aspecto pioneiro e mais estimulante das análises de Candido — o potencial conflitivo e as tensões que existiriam nas relações entre as gerações adultas e os educandos, sendo estes resistentes ao trabalho educativo empreendido pelos primeiros.

Candido propunha o estudo da sociabilidade inerente ao grupo de alunos e à investigação de suas expectativas que não se esgotavam nas relações formais previstas pela instituição ou circunscritas aos processos de ensino aprendizagem. Trata-se, assim, já nesse momento, de uma abertura analítica para o exame dos aspectos da vida escolar que remetiam às for-

mas de sociabilidade dos alunos que pudessem estar interferindo na vida da instituição. Era proposta uma perspectiva teórica suficientemente aberta para dimensões menos institucionalizadas e visíveis da vida escolar, retomadas pela Sociologia da Educação somente a partir dos anos 1970 com a crise das explicações de recorte apenas estrutural no âmbito das teorias sobre a escola.

Os estudos norte-americanos e europeus sobre os estabelecimentos escolares ofereceram importantes contribuições para o estudo da vida escolar em seus aspectos menos visíveis e formalizados. A nova Sociologia da Educação, anos mais tarde, ofereceu contribuições relevantes para o estudo das microssituações no âmbito da vida escolar. Um balanço dessas orientações e impactos na sociologia da educação no Brasil pode ser encontrado no artigo de Leila Mafra (2003).

A mesma inspiração teórica e metodológica — a singularidade histórica da sociedade brasileira e a totalidade dos processos sociais — esteve presente nos primeiros estudos sobre os jovens no Brasil. Uma das ideias centrais dessa perspectiva, produzindo claramente um modo de construir os problemas de pesquisa, residia na premissa de que, a partir da periferia e das margens, compreender-se-ia melhor o movimento da sociedade como um todo, possibilitando a verificação dos princípios que a estruturam (Bastos, 2002). Ao situar a juventude como categoria social, inspirada em Karl Mannheim (1968; 1973), Marialice Foracchi (1965; 1972) examinou em seus trabalhos a relativa marginalidade dos jovens diante da estrutura social e dos centros de poder. Nessa direção, suas pesquisas situaram os universitários brasileiros como atores emergentes de uma sociedade dependente que se tornaram protagonistas do radicalismo político dos movimentos estudantis dos anos 1960.

O tema do radicalismo juvenil também foi tratado por Octavio Ianni (1968) nos anos 1960, propondo uma forte imbricação entre a história do regime capitalista e a história do advento político da juventude. Assim, para es-

ses autores, na singularidade da juventude como categoria social, estariam contidas as omissões, os benefícios e as tensões de uma configuração social, pois a juventude representaria a categoria social sobre a qual ecoa, de modo particular, a crise do sistema (Foracchi, 1972).

A partir do enquadramento dos problemas históricos e da totalidade das condições que constituem as especificidades culturais e sociais do Brasil, as interfaces entre a Sociologia da Educação e da Juventude se evidenciam, tendo como ponto de partida esse pressuposto teórico-metodológico. Essas orientações recusavam uma especialização inoportuna dos estudos sociológicos que então se iniciavam tanto na Sociologia da Educação como na Sociologia da Juventude.

Não será tratada a evolução da pesquisa em Sociologia da Educação no Brasil com a organização da Pós-Graduação em Educação após a reforma universitária de 1968, uma vez que vários estudos realizaram balanços importantes sobre as vicissitudes da área (Cunha, 1981; 1992; 1994; Gouveia, 1989). No entanto, vale a pena reiterar que parte dos impasses vividos pela pesquisa decorria das dificuldades de compreensão das singularidades da sociedade brasileira e de seu sistema de ensino, ao lado da ausência de discussões mais densas sobre o processo de apropriação de quadros teóricos, muitas vezes produzidos no exterior, que ancoravam as investigações. De todo modo, a pesquisa esteve centrada nos processos das desigualdades escolares, embora a Sociologia da Educação pudesse recobrir um campo extremamente vasto para além da forma escolar, uma vez que

[...] os mecanismos por meio dos quais uma sociedade transmite a seus membros seus saberes, o saber-fazer e o saber-ser que ela estima como necessários à sua reprodução são de uma infinita variedade. (Duru-Bellat; Van Zanten, 1992, p. 1)

O arco teórico ampliado e as novas pesquisas caminharam ao lado do movimento pela

democratização do país, que voltou a incorporar no debate público a importância da educação escolar como direito democrático e a necessidade de se investigar dimensões mais obscuras das práticas escolares. Nesse período, ocorre um intenso processo de expansão das oportunidades de acesso à escolaridade, ao lado do reconhecimento da crise de eficácia da ação socializadora da instituição escolar, ou seja, aspectos da dominação e da reprodução cultural e social estariam sendo afetados pela organização escolar vigente e seu novo público. De algum modo, os alunos passam a constituir um problema nas práticas e nos processos da reprodução cultural e social e demandam uma nova perspectiva no campo da pesquisa.

Ao examinar o surgimento da Sociologia da Infância, Sirota (2006) afirma que, no âmbito da Sociologia da Família ou da Educação, a criança era personagem fantasma, quase invisível. O mesmo pode ser dito sobre os jovens alunos nos estudos sobre a escola desenvolvidos no âmbito da Sociologia da Educação no Brasil até recentemente (Dayrell, 2002; 2009). Sirota (2001; 2006) aponta que, no interior dos estudos sociológicos sobre a infância, observa-se um movimento que parte de uma sociologia da escolarização e caminha para uma sociologia da socialização, tentando “descolarizar” a abordagem da criança.

Em outro trabalho (Sposito, 2007), foram examinados aspectos dessa questão, uma vez que, como observam Duru-Bellat e Van Zanten (1992), a condição de aluno deve ser objeto problemático de investigação no âmbito do estudo sociológico da escola: não se nasce aluno, alguém se torna aluno (Perrenoud, 1994; Sacristan, 2005). Para que tal perspectiva seja considerada, é preciso, ao menos, três pressupostos: a dissociação entre o ensino e a aprendizagem, que faz nascer a noção de trabalho escolar a ser realizado por crianças e jovens; o reconhecimento de que esse trabalho do aluno não se resume à resposta às exigências explícitas inscritas nos programas e regu-

lamentos oficiais, mas às expectativas implícitas da instituição e dos professores — nesse caso, é importante integrar o conjunto de percepções que o estudante elabora em sua socialização extraescolar na família e em outras instâncias, sendo marcantes as orientações que derivam não só de sua origem social ou étnica como do fato de terem nascido homens ou mulheres; e finalmente,

*[...] a necessidade de reconhecer que o aluno é expressão também de uma forma peculiar de sua inserção no ciclo de vida — a infância e a juventude — categorias específicas e dotadas de uma autonomia relativa na sociedade e na literatura sociológica. (Duru-Bellat; Van Zanten, 1992, p. 179, grifos nossos)*

Assim, em torno da investigação da condição do aluno e dos múltiplos agenciamentos que constituem na contemporaneidade o seu processo de socialização escolar, são retomadas algumas investigação em torno da juventude no Brasil, sobretudo na área da Educação. Essas orientações podem ser evidenciadas no privilégio dado às formas escolares do processo de socialização nos estudos sobre juventude no Brasil nessa área. A partir de balanço da produção discente na Pós-Graduação (1999-2006), verifica-se que na Educação cerca de 37% dos trabalhos concentram-se nas relações dos jovens com seus percursos escolares (dos momentos finais da escola básica até o ensino superior)<sup>4</sup>. No entanto, no âmbito das Ciências Sociais, essa linha temática apenas atinge em torno de 10% da produção discente, o que reitera análises já realizadas sobre o fraco interesse pela pesquisa do sistema de ensino e seus públicos por parte da Pós-Graduação nessa área.

Entretanto, se a juventude é apenas “uma palavra”, as alterações decorrentes do processo de massificação de ensino tornaram mais nebulosas as polaridades entre duas juventudes (burgueses e operários), criando-se um conjunto de figuras intermediárias:

Um dos fatores mais importantes desta confusão das oposições entre as juventude de diferentes classes é o fato de diferentes classes sociais terem tido acesso de forma proporcionalmente maior ao ensino secundário e de, ao mesmo tempo, uma parte dos jovens (biologicamente) que até não tinham acesso à adolescência, terem descoberto este status temporário, ‘meio-criança, meio adulto’. [...] os adolescentes são colados durante um tempo relativamente longo, numa idade em que anteriormente eles estariam trabalhando em posições quase-exteriores ao universo social que define a condição de adolescente. (Bourdieu, 1980, p. 114)

O descompasso entre as aspirações desses jovens e as possibilidades objetivamente inscritas no sistema de ensino expandido era antevisto por Bourdieu (1980) na França ainda nos anos 1970, quando admitia a possibilidade de que esses grupos reconhecessem que a escola seria um veículo de privilégios. Esse inconformismo difuso,

*[...] uma espécie de mal-estar no trabalho, algo que não é político no sentido estabelecido, mas que poderia sê-lo; algo que se parece muito a certas formas de consciência política, ao mesmo tempo cegas em relação a si mesma, porque não acharam seu discurso e com uma força revolucionária, capaz de superar os aparelhos, como encontramos por exemplo entre os subproletários ou os operários de primeira geração de origem camponesa. (p. 118)*

Descompassos entre as promessas e as reais possibilidades, aliados à progressiva trans-

4. O projeto de pesquisa envolveu uma rede de pesquisadores de várias universidades para realizar o Segundo Estado da Arte da produção discente na Pós-Graduação sobre juventude nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Como campo de estudos, tanto na área de Educação como em Ciências Sociais, os trabalhos que incidiram sobre os jovens não são proporcionalmente significativos, pois atingem 6% da produção em Educação e 5% em Ciências Sociais. Embora o debate público tenha incorporado fortemente o tema da juventude, sob o ponto de vista da produção discente na Pós-Graduação, esse domínio de investigação ainda não ocupa posição significativa (Sposito, 2009a).

formação das relações assalariadas no mundo do trabalho, marcaram a expansão do sistema escolar brasileiro nas últimas décadas. A fraca adesão aos rituais escolares e a ausência de conflitos em torno da socialização escolar, aparecendo principalmente o retraimento ou a recusa das práticas escolares (Dubet, 2002), somam-se aos percursos instáveis que levaram a uma enorme fragilidade do mundo do trabalho, evidenciando sua incapacidade de absorção dos segmentos jovens de origem popular nos tempos e espaços formais e reconhecidos das ocupações no Brasil.

De algum modo, os conflitos sociais que caracterizaram a emergência dos jovens universitários como atores político nos anos 1960, analisados por Marialice Foracchi (1965; 1972), deslocam-se para outras "juventudes" sem os mesmos canais de expressão das décadas anteriores. Nesse quadro, alargaram-se hipóteses sobre as possibilidades de novas conflitividades sociais protagonizadas pelos segmentos juvenis, algumas delas ancoradas na incipiente reflexão sobre as lutas sociais, os denominados movimentos sociais no Brasil, iniciada no período da redemocratização (Sposito, 2000).

Um importante mapeamento preliminar em torno das formas de agrupamento dos jovens e seus coletivos no meio urbano foi realizado por vários estudos, tanto no âmbito da pesquisa em Educação como nas Ciências Sociais. Os denominados grupos de estilo foram assim investigados a partir de meados dos anos 1980, oferecendo um elenco variado de presenças juvenis, sobretudo oriundas de segmentos populares, para além dos tradicionais estudos sobre a participação dos jovens nos movimentos estudantis (Abramo, 1994; Caiaffa, 1985; Carrano, 2002; Costa, 2003; Dayrell, 2005; Herschmann, 1997; 2000; Magnani; Mantese, 2007; Pais; Blass, 2004; Sposito, 1994; Tella, 2000; Vianna, 1987; 1997; Weller, 2005).

Apropriando-se do tema dos múltiplos espaços de circulação dos jovens urbanos, esses estudos oferecem elementos importantes para a compreensão dos elementos de agregação da

vida juvenil por meio dos grupos de estilo e das denominadas culturas juvenis, incluindo em suas análises os temas da diversidade étnica e de gênero em constante diálogo com as travas advindas das desigualdades sociais. Uma das fragilidades da pesquisa sobre juventude no Brasil reside na pouca ênfase dada ao estudo dos jovens rurais e sua emergência recentíssima na arena pública (cf. Strapasolas, 2006; Carneiro; Guaraná, 2007). No balanço realizado em torno da produção discente (1999/2006), os estudos sobre jovens rurais e indígenas são escassos, atingindo apenas 4% do total da produção nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (Sposito, 2009).

A maioria dessas pesquisas buscou uma ruptura com os modelos clássicos dos estudos sobre grupos juvenis, ancorados na tradição do funcionalismo que privilegiou o desvio e a anomia como categorias de análise. Uma relativa influência dos estudos das subculturas juvenis, desenvolvidos pelos pesquisadores dos Estudos Culturais de Birmingham, na Inglaterra, pode ser observada. No entanto, foram também importantes as contribuições da sociologia da juventude portuguesa por meio de José Machado Pais (1993; 2004) e dos estudos antropológicos desenvolvidos por Carles Feixa (2004; 1998) na Espanha, que examinaram essa sociabilidade a partir da ideia de culturas juvenis (superando de algum modo o pressuposto da subcultura). Mais recentemente, os estudos de antropologia urbana desenvolvidos por José Guilherme Magnani (2007), sobre os circuitos e trajetos juvenis na cidade, alargaram também a perspectiva de análise dos grupos juvenis. Diante de aportes teóricos variados, foi menor a influência dos marcos das teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais nessa produção. Um balanço da produção sobre grupos juvenis no período 1999-2006 encontra-se em Almeida (2009).

Do mesmo modo que a reflexão realizada nas décadas de 1950 e 1960, a pesquisa sobre juventude no Brasil deveria tentar compreender os contornos e as práticas que constroem os jovens como atores relevantes na

esfera público-política pela mediação de práticas culturais, tendo como ponto de partida as especificidades históricas da sociedade brasileira. Entretanto, essa produção é desigual quanto ao tipo de análise empreendida e bastante residual no conjunto do que poderíamos denominar como estudos sobre juventude na área da Educação (apenas 2% da produção) e pouco mais intensa nas Ciências Sociais, atingindo 13% das teses e dissertações defendidas entre 1999 e 2006 (Almeida, 2009).

No entanto, a possibilidade de maior densidade do campo de estudos sobre juventude, na tradição aqui defendida, reside no desafio da articulação da análise nos domínios considerados clássicos da Sociologia. A segmentação excessiva do objeto de pesquisa pode empobrecer a reflexão sobre os jovens, uma vez que dimensões essenciais que recobrem a vida desses segmentos situam-se na intersecção de agenciamentos diversificados: família, escola, amizades, trabalho, vida no bairro, lazer, entre outros. No caso brasileiro, é evidente que as dimensões relacionadas ao mundo do trabalho configuram um campo importante de investigação, pois parte significativa da experiência juvenil situa-se na sua conexão com o emprego ou na sua ausência (Corrochano, 2009; Sposito, 2005).

Por essas razões, os interesses de investigação que incidem sobre os coletivos juvenis em suas dimensões culturais demandam perspectivas transversais capazes de reconstituir as porosidades entre essas ações coletivas e outros tempos e espaços da vida dos jovens. Não se pode deixar de considerar as múltiplas formas por meio das quais se disseminam novas desigualdades e novas conflitividades. Para Rossana Reguillo (2004), a compreensão dos coletivos juvenis deve contemplar necessariamente as linguagens, a subjetividade e a vida cotidiana:

‘Sair para as ruas’, romper com as proibições explícitas, todos juntos, os pertencimentos, a emoção da palavra coletiva, os poderes momentaneamente silenciados, constituem uma fonte de certezas e de força, porém transcorri-

do o acontecimento há que voltar a ocupar-se com as contas, com as crianças doentes, com os papéis tradicionais, com as mulheres na cozinha e os homens na rua. Nenhuma ‘subjetividade’ é capaz de resistir por muito tempo à vertigem da novidade, se está carente de um coletivo que a sustenta no largo prazo; a ‘certeza’ de não arriscar os pertencimentos elementares; as condições de plausibilidade que ‘contenham’ a interpretação e a prática nova, irruptiva. (p. 269)

Um campo pouco investigado no conjunto de estudos sobre juventude situa-se no tema dos modos de vida de jovens a partir de seu local de moradia, considerado como um território de múltiplas relações sociais. Nesse caso, as práticas cotidianas seriam analisadas, privilegiando-se sua dimensão transversal — escola, trabalho, lazer, sociabilidade (Sposito, 2009). Trata-se, na verdade, de um desafio teórico metodológico importante, pois demanda o mergulho em uma tradição de investigações centradas em torno da vida cotidiana ainda desconhecida por grande parte dos pesquisadores sobre juventude no Brasil. Os estudos de José de Souza Martins (1992; 2008a; 2008b), inspirados nas reflexões de Henri Lefebvre, constituem referência imprescindível na produção brasileira contemporânea.

Por essas razões, os estudos sobre os jovens brasileiros em sua diversidade de modos de ação coletiva, de suas práticas e de orientações não podem estar confinados em um domínio da análise, constituindo uma especialidade, recusada no Brasil na tradição sociológica examinada neste artigo.

Se não houver uma clara interlocução com os temas clássicos da Sociologia, essa produção tenderá a se empobrecer e, talvez, como uma sociologia especial, os estudos sobre juventude deixem de apresentar maior fertilidade teórica e adensamento conceitual, sendo fadados a um esgotamento traduzido nas reiterações de afirmações já desenvolvidas por outros autores.

As reflexões esboçadas ilustram vias



possíveis de interação entre os estudos sobre juventude com certa tradição inspirada nas orientações teórico-metodológicas dos anos 1950/1960 no Brasil. Ao se apoiar nos estudos sociológicos da instituição escolar no interior de processos históricos e culturais que constituem as singularidades da sociedade brasileira, reitera-se a prática de uma Sociologia da Educação não restrita a uma perspectiva estritamente escolar do domínio de estudos e, ao mesmo tempo, capaz de construir uma reflexão situada: como compreender a escola em sociedade que articula o arcaico e pós-moderno, o avanço e o atraso, o crescimento e as novas desigualdades? Ao propor o desenvolvimento de uma Sociologia da Juventude ancorada nos processos que configuram a sociedade brasileira atual, quer sob o ponto de vista das transformações dos sistemas de ensino, do mundo do

trabalho ou das tecnologias de comunicação e informação, quer seja sob a ótica da sociologia da ação coletiva, dos movimentos sociais e dos estudos culturais, a posição aqui explicitada retoma um ponto de vista teórico-metodológico voltado para a compreensão das singularidades que constituem os jovens, sem deixar de levar em consideração o registro simultâneo dos processos globais do desenvolvimento capitalista contemporâneo, os denominados tempos da globalização.

Ao examinar as interfaces, os desafios e as especificidades do campo investigativo, essa perspectiva não inscreve a Sociologia da Educação ou a Sociologia da Juventude no registro segmentado das sociologias especiais. Ao contrário, o pressuposto de base reside na ideia de um domínio teórico — a Sociologia — que tenta compreender como ocorrem os (des)encontros, conflitos e tensões em torno das relações de indivíduos ou grupos com o mundo social a partir de alguns protagonistas privilegiados, os jovens, pontas de iceberg dos dilemas sociais contemporâneos (Melucci, 1997).

## Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Escrita, 1994.
- ALMEIDA, E. Os estudos sobre grupos juvenis: presenças e ausências. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **O Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira**. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- ARRUDA, M. A. do N. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v. 2. São Paulo: IDESP; FAPESP, 1995.
- BASTOS, E. R. **Pensamento social da Escola Sociológica Paulista**. O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. São Paulo: Sumaré, 2002.
- BOURDIEU, P. **La jeunesse n'est qu'un mot**. Questions de sociologie. Paris: Minit, 1980.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CAIAFA, J. **Movimento punk na cidade**. A invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CANDIDO, A. A estrutura da escola. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. **Educação e sociedade**: leituras de Sociologia da Educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
- CARDOSO, F. H.; IANNI, O. As exigências educacionais do processo de industrialização. **Revista Brasileira**. São Paulo: 26, 1959.
- CARNEIRO, M. J.; GUARANÁ, E. de C. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: CPDA; UFRJ; Mauad Xf, 2007.
- CARRANO, P. C. R. **Os jovens e a cidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

- COSTA, M. R. **Os carecas de subúrbio**: caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CORROCHANO, M. C. **O trabalho e sua ausência**. 2009. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CUNHA, L. A. Educação e sociedade no Brasil. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**. Rio de Janeiro: Anpocs, n. 11, 1981.
- \_\_\_\_\_. A educação na Sociologia: um objeto rejeitado? **Cadernos CEDES**, v. 27. Campinas: Papirus, 1992.
- \_\_\_\_\_. Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação: primeiras aproximações. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo: Departamento de Sociologia, v. 4, n. 1-2, 1992a. (Editado em 1994).
- DAYRELL, J. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **Juventude e escolarização (1980/1998)**. Série Estado do Conhecimento, n. 7, Brasília: MEC/INEP; Comped, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A música entra em cena**: o rap e o funk na socialização da juventude. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.
- \_\_\_\_\_. Juventude e escola. In: SPOSITO, M. P. (Coord.). **O Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- DUBET, F. **Le déclin de l'institution**. Paris: Seuil, 2002.
- DURKHEIM, E. **Sociologia e filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- DURU-BELLAT, M.; VAN-ZANTEN, A. **Sociologie de l'école**. Paris: Armand Colin, 1992.
- FEIXA, C. Los estudios sobre culturas juveniles em Espana – 1960-2004. **Revista de Estudios de Juventud**. Madrid, n. 64, mar. 2004.
- \_\_\_\_\_. **De jóvenes, bandas y tribus**: antropología de la juventud. Barcelona: Ariel, 1998.
- FERNANDES, F. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Pioneira, 1960.
- FORACCHI, M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.
- \_\_\_\_\_. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GOUVEIA, A. J. As ciências sociais e a pesquisa sobre educação. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 1, n. 1, 1989.
- HERSCHMANN, M. **O funk e o hip hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Abalando os anos 90**: funk e hip hop, globalização, violência e estilo cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. (Org.). **Sociologia da juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MAFRA, L. A sociologia dos estabelecimentos escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P. de; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MAGNANI, J. G.; MANTESE, B. (Orgs.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. **Sociologia da Juventude**. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1968.
- \_\_\_\_\_. Funções das gerações novas. In: FORACCHI, M.; PEREIRA, L. **Educação e sociedade**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- MARTINS, J. de S. **Subúrbio**: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Florestan**. Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1998.

- \_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008a.
- \_\_\_\_\_. **A aparição do demônio na fábrica**. Origens sociais do eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 34, 2008b.
- MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 5/6, 1997.
- PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1993.
- PAIS, J. M.; BLASS, L. M. **Tribos urbanas**: produção artística e identidades. São Paulo: Anna Blume, 2004.
- PEREIRA, J. B. **A escola secundária numa sociedade em mudança**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PEREIRA, L. **A escola numa área metropolitana**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- \_\_\_\_\_. Rendimentos e deficiências do ensino primário brasileiro. In: PEREIRA, L. **Estudos sobre o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PERRENOUD, P. **Le métier d'élève et le sens du travail scolaire**. Paris: ESSE, 1994.
- REGUILLO, R. Subjetividad, crisis y vida cotidiana. Acción y poder em La cultura. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura em las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- SACRISTAN, J. G. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SIROTA, H. Emergência de uma sociologia da Infância: Evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 112, mar. 2001.
- \_\_\_\_\_. **Éléments pour une sociologie de l'enfance**. Paris: PUF: 2006
- SPOSITO, M. P. **O povo vai à escola**. São Paulo: Loyola, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A ilusão fecunda**. A luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, v. 5, n. 1-2, 1993, editado em 1994.
- \_\_\_\_\_. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 13, jan./abr., 2000, p. 73-94.
- \_\_\_\_\_. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. In: PAIXÃO, L.; ZAGO, N. (Orgs.). **Sociologia da Educação**. Pesquisa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, p. 129-148, 2005.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa sobre jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- \_\_\_\_\_. Interfaces between the Sociology of Education and the studies about youth in Brazil. In: APPLE, M.; BALL, S.; GANDIN, L. A. (Eds.). **The routledge international handbook of the Sociology of Education**. Abingdon: Routledge, 2009, p. 405-413.
- STRAPASOLAS, V. L. **O mundo rural dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- TELLA, M. A. P. **Atitude, arte, cultura e autoconhecimento**: o rap como voz da periferia. 2000. Dissertação (Mestrado)- Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

VIANNA, H. **O mundo funk carioca**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1987.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Galerias cariocas**: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

WELLER, W. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis. A arte de se tornar visível. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 216, jan./abr. 2005.

*Recebido em 14.11.09*

*Aprovado em 29.01.10*

**Marília Pontes Sposito** é professora titular em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.